

Os miseráveis e as lutas sociais no Brasil: repressão e resistência

VERALÚCIA PINHEIRO*

*O inferno não é nada a nos acontecer,
mas sim esta vida aqui.*

Walter Benjamin

Resumo: Buscamos, neste artigo, analisar a condição da classe trabalhadora no capitalismo. Para isso, partimos da situação de moradia dos trabalhadores na Inglaterra do século XIX, descrita por F. Engels, na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Abordamos o cortiço, conhecido na literatura por *cabeça de porco*, moradia dos pobres no Rio de Janeiro, do mesmo século, para mostrar a semelhança com que a burguesia sempre tratou os trabalhadores em qualquer lugar do mundo. Para discutir a contemporaneidade, optamos por discutir a representação na mídia, da luta dos trabalhadores pela moradia e os confrontos dela decorrentes, ressaltando o papel das imagens numa sociedade que transforma tudo em mercadoria e, de forma *espetacular*, substitui a liberdade real por uma *democracia espetacular*.

Palavras chave: Democracia espetacular: pobreza; moradia.

Abstract: We seek in this article examine the condition of the working class under capitalism. For that, we started the housing situation of workers in nineteenth-century England, described by F. Engels in his *The Situation of the Working Class in England*. We address the slum known in the literature for *Cabeça de Porco*, housing the poor in Rio de Janeiro of the same century to show the similarity with which the bourgeoisie has always treated the workers anywhere in the world. To discuss the present time, we chose to discuss, media representation, the workers' struggle for housing and the confrontations arising from it, highlighting the role of images in a society that turns everything into merchandise and *dramatically* replaces liberty for a real *democracy spectacular*.

Key words: Democracy spectacular: poverty: housing



* VERALÚCIA PINHEIRO é Doutora em Educação pela Unicamp, professora da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas.

Em 1845, Engels publicou “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, pois pretendia, na realidade, escrever a “história social da Inglaterra”. Com esse objetivo, como em um *diário de campo*, reuniram impressões, depoimentos, notícias de jornais e relatórios oficiais sobre a saúde dos trabalhadores, além dos relatórios da inspeção sanitária, ou seja, tudo o que se relacionasse com a vida cotidiana dos trabalhadores ingleses do século XIX. A moradia, o trabalho na fábrica, a saúde, a educação, os diversos aspectos da vida não escaparam do olhar atento do autor. Engels não escreveu a *história social da Inglaterra*, porém sua descrição e análise, contidas nesta obra, sobre a condição (des) humana dos trabalhadores que se encontravam sob o jugo do capitalismo constituem, até hoje, uma rica fonte de conhecimento histórico e demonstram a impossibilidade de vida digna para o conjunto dos trabalhadores neste sistema.

A obra reflete a indignação do autor contra a burguesia e seus métodos de *exterminio* dos pobres. Os bairros operários da cidade de Londres são retratados como lugares imundos, fétidos que produzem e reproduzem a violência contra os trabalhadores. Uma violência que, muitas vezes, mutila ou mata silenciosamente, embora nos *atestados de óbitos* constem causas técnicas que escondem a verdade – a morte pela fome, pelo abandono – totalmente legítima no capitalismo.

O otimismo revolucionário de Engels, que acreditou na perspectiva de uma revolução social iminente, capaz de colocar fim à dominação burguesa, constitui seu maior equívoco. Porém isso não reduz seu mérito. Nessa obra, os operários, embora miseráveis, insistem em se constituir como *sujeitos*

de sua história por meio dos movimentos, das lutas que são retratadas em sua gênese e, desde então, se apresentam como alternativa de autolibertação de toda a classe trabalhadora. Interessa-nos, aqui especialmente, sua abordagem a respeito do incipiente processo de industrialização que traz consigo a concentração da riqueza e o surgimento da classe operária. A cidade é apresentada como o *lugar* por excelência do capitalismo. Na modernidade, a urbanização decorre da própria industrialização e, por isso, as cidades são ajustadas de acordo com os interesses do capital. Quanto aos operários, restaram-lhes os sacrifícios impostos pela civilização. Em meados do século XIX, ele observou que:

Todas as grandes cidades possuem um ou vários bairros de má reputação – onde se concentra a classe operária. [...] ‘Estes bairros de má reputação’ são organizados em toda a Inglaterra mais ou menos da mesma maneira, as piores casas na parte mais feia da cidade [...]. Habitualmente as próprias ruas não são planas nem pavimentadas; são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida semeadas de charcos estagnados e fétidos. (ENGELS, 1986, p. 38).

Com o autor, percorremos o submundo de Londres, povoado por imigrantes, prostitutas, velhos e crianças que se misturam em um turbilhão de degradação moral que tende a afastá-los da luta. Os efeitos da miséria e da sujeira os enfraquecem diminuindo assim, sua capacidade de resistência. A narrativa, rica em detalhes, é fruto de uma observação minuciosa:

Em fevereiro de 1844, uma viúva [...] foi recomendada, com a filha doente aos cuidados do Tribunal de Polícia. Habitava o n. 6 de Brown Street, num pequeno quarto do pátio que não era maior que um armário, e onde não

havia um único móvel. Num canto estavam alguns trapos onde ambas dormiam; um caixote servia ao mesmo tempo de mesa e de cadeira. A mãe ganhava alguns tostões trabalhando por dia; o proprietário disse que viviam naquela situação desde maio de 1843; tinham vendido ou empenhado aos poucos tudo o que ainda possuíam, e apesar disso nunca tinham pago o aluguel. (ENGELS, 1986, p. 42).

A descrição dos bairros pobres de Londres nem de longe se parece com a bela cidade que, às vezes, a literatura retrata. À sujeira das ruas soma-se o mau cheiro proveniente dos esgotos a *céu aberto* e a presença de homens, mulheres e crianças esfarrapadas completa o quadro deprimente. Para além da aparência miserável, as casas são inabitáveis. De acordo com Engels, tudo isso ultrapassa a imaginação e, assim, a partir dos relatórios oficiais, nosso autor deixa claro que Londres não constitui exceção. Ao contrário, essa grande cidade possui as mesmas características de qualquer outra do mundo moderno.

Já no século XX, Benjamin (2000) comenta precisamente o caráter agitado e *desumano* da cidade de Londres abordado por Engels no século anterior. Chama sua atenção a indiferença brutal que perpassa as relações sociais nas grandes cidades. O isolamento insensível de cada indivíduo voltado exclusivamente para seus interesses privados torna-se ainda mais aviltante: em um mesmo espaço exíguo, convivem miséria e luxo, fome e abundância.

Além da miséria das moradias, a condição dos trabalhadores narrada por Engels é caracterizada por uma rotina de infinita agonia de trabalho, em que o processo mecânico idêntico se realiza repetidamente. É como a tarefa de Sísifo: o peso do trabalho, como as pedras, despenca repetidamente sobre

os operários exaustos. Uma exaustão que o esperado *progresso* não diminuiu. Embora a tecnologia nos séculos seguintes tenha revolucionado os meios de produção, apenas consolidou os mesmos interesses particulares e sedimentou o controle dos dominantes, deixando intocadas as relações sociais de classe, ao mesmo tempo que permanece aquela agonia dos pioneiros operários da revolução industrial.

Deixemos agora os comentários de Engels sobre Londres do século XIX e voltemos nossa atenção para o Brasil logo após a abolição da escravatura. Com a contribuição da pesquisa feita por Chalhoub (2006), vamos nos ater às lutas populares pela moradia e a atuação histórica do Estado brasileiro frente a essas lutas. A *Gazeta de Notícias* e os papéis da Junta Central de Higiene Pública do governo imperial constituem suas principais fontes, tornando possível compreendermos melhor a repressão ao famoso cortiço do século XIX, o *cabeça de porco*. Lembramos ainda que este *cortiço* constituiu tema da obra de Aloísio de Azevedo, um importante autor do Realismo/Naturalismo, do final do século XIX que, embora fosse considerado progressista devido a sua inserção na luta contra a escravatura e as injustiças sociais, o obscurantismo e o clero, criou uma representação dos pobres em meio à rudeza, selvageria, sexo e sujeira que acabou por reproduzir os preconceitos e a violência contra estas pessoas e suas moradias.

O Estado, por sua vez, comprometido com os interesses da elite, considerava, nessa época, a necessidade de criar órgãos para controlar e reprimir a população das classes populares, percebida como “classes perigosas”. A ação da polícia isoladamente não bastava, era preciso criar instituições que legitimassem, a partir de teorias

“científicas”, um intenso combate aos hábitos dos pobres. Foi neste contexto que os médicos higienistas diagnosticaram as moradias dos pobres como nocivas à sociedade, posto que os cortiços onde moravam seriam focos de irradiação de epidemias físicas (febre amarela, tuberculose etc.) e morais (alcoolismo, entorpecentes, promiscuidade etc.). É a partir da contribuição dessa suposta racionalidade científica, da construção do discurso sobre a insalubridade e a indecência que ocorreu primeiro a repressão e depois, a intervenção planejada na moradia dos pobres.

Em 26 de janeiro de 1893, o cortiço *cabeça de porco* localizado na cidade do Rio de Janeiro foi destruído. Chalhoub (2006) descreve a operação em detalhes e ressalta a violência utilizada contra a população¹ no processo de despejo. A partir de arquivos de Jornais, especialmente da *Gazeta de Notícias*, o autor, sem nenhuma pretensão de neutralidade, reconstrói essa história, procurando dar voz aos “vencidos”, silenciados pela história oficial. A narrativa da operação de despejo do cortiço, realizada pela polícia no século XIX não parece em nada diferente das desocupações feitas em favelas brasileiras em pleno século XXI. A imprensa da época noticiava com grande euforia a participação direta de Barata Ribeiro, prefeito da Capital Federal. Ele havia assumido pessoalmente, com o chefe de polícia, o comando das operações, que contou ainda com a assessoria de uma equipe formada por burocratas, médicos e outros especialistas.

¹ Existem controvérsias acerca do número de habitantes do cortiço, porém este número variou durante sua existência entre duas a quatro mil pessoas.

Chama nossa atenção a semelhança entre passado e presente. A truculência da polícia contra os moradores do cortiço em nada é diferente da violência contra os atuais moradores das favelas. Todavia, movidos, talvez, pelo discurso da *democracia como valor universal* ou pelos abstratos valores de *direitos humanos*, os governantes de hoje insistem em negar sua participação como comandante dos massacres contra os trabalhadores pobres que lutam por moradia. No século XIX, distante destes conceitos e, conseqüentemente, da necessidade de simular um compromisso com a cidadania, ou melhor, com atitudes *politicamente corretas*, as autoridades brasileiras não escondiam seu vínculo com a repressão aos pobres e, é claro, com a defesa dos interesses das classes dominantes. Desse modo, Barata Ribeiro participou pessoalmente e assumiu sua responsabilidade, orgulhando-se dela.

Dois importantes empresários – Carlos Sampaio e Vieira Souto – que participaram do processo de destruição do *cabeça de porco*, estiveram presentes durante a operação também contribuíram cedendo operários da Empresa Melhoramentos do Brasil. Segundo Chalhoub (2006), o reforço no aparato repressivo se justificava devido à fama em geral dos cortiços. Estas habitações eram vistas pelas autoridades da época como um ‘velhacouto de desordeiros’, um verdadeiro antro de perdição. Lembramos que Engels, ao analisar a condição dos trabalhadores de Londres, chamou justamente a atenção para a má reputação dos bairros pobres daquela cidade.

Os relatos da *Gazeta de Notícias*, segundo nosso autor, narram o desespero dos moradores, que apelavam ao Prefeito, empenhados em salvar suas poucas mobílias, solicitando tempo para

providenciarem a retirada de seus pertences. Estes apelos, no entanto, não foram atendidos.

Em julho de 2011, dentre muitas outras, assistimos pelos meios de comunicação a desocupação de uma favela em Ribeirão Preto. Segundo a imprensa, disparos foram efetuados por (PMs) policiais militares, que também utilizaram cães, bombas de efeito moral e um helicóptero. A operação chamada de *reintegração de posse* foi assim transcrita no jornal eletrônico:

Terminou em violência uma operação policial para cumprir uma ordem judicial de reintegração de posse em uma favela, nesta terça-feira, no bairro Jardim Aeroporto em Ribeirão Preto (SP). Os mais de 700 moradores da área, que pertence a uma empresa privada, resistiram a ação, ao exigir que a Prefeitura providencie moradias adequadas. A Polícia Militar (PM) usou armas com balas de borracha, bombas de efeito moral, e cães treinados, além de um helicóptero. (NOTICIA BANDNEWS, 2011).

Em que as ações de despejo do presente diferem do passado? Inicialmente, identificamos a utilização da tecnologia. Enquanto que para a demolição do cortiço *cabeça de porco* foram necessários mais de cem homens armados com picaretas e machados e um dia de trabalho que avançou noite adentro, em Ribeirão Preto, a ação repressiva iniciou pela manhã e, de acordo com as notícias disponíveis *on line*: “Segundo a Polícia Militar, todas as casas foram demolidas. Até as 14h45 alguns moradores ainda resistiam, mas a maioria, acuada pelas balas de borracha e os cães, deixou o local”. (NOTICIA BANDNEWS, 2011).

Também é diferente a dissimulação das nossas autoridades. Ao contrário do prefeito Barata Ribeiro que, junto com vereadores e importantes empresários da época, marcaram presença durante a

violenta operação de despejo dos moradores do cortiço, vejamos o que diz a imprensa na recente desocupação da favela: “a polícia informou que não há autoridades do município no local onde ocorre a operação. Alguns moradores protestaram pelo fato de não terem tido a oportunidade de retirar móveis e objetos pessoais de dentro das residências”. (NOTICIA BANDNEWS, 2011). Tanto os moradores do *cabeça de porco* quanto os da favela em Ribeirão Preto foram impedidos de retirarem seus pertences antes da destruição de suas casas. Aparentemente, trata-se apenas de uma coincidência. No entanto, isso reflete a intolerância histórica contra os pobres. Em relação ao Estado no Brasil, cabe refletir a perspectiva dos governantes que sempre buscaram enfrentar a questão social por meio da repressão policial. No entanto, essa intolerância, muitas vezes, é assumida por indivíduos ou grupos pertencentes às classes médias ou altas que se propõem a realizar *voluntariamente* uma assepsia nas ruas e praças das grandes cidades, orientados, talvez, pela *ideologia do progresso* consideram que é preciso livrar a sociedade daqueles que contribuem para torná-la suja, desagradável.

Escritores contemporâneos no Brasil retrataram o envolvimento de indivíduos com práticas dessa natureza. No romance *A grande Arte*, de Rubem Fonseca, é narrada a história de um ex-morador de rua:

Certa época, quando eu não tinha onde morar e dormia na soleira das portas, surgiu na cidade um matador que jogava gasolina nos mendigos que dormiam e ateava fogo. Matou um monte. Eu senti que ele ia me pegar, sabe, tive aquele pressentimento. E ele quase me pegou mesmo. Acordei com o corpo todo molhado de gasolina, ele tentando acender um fósforo e jogar em cima de mim, com a cara de quem está

acendendo o gás de um fogão. Corri como um louco. E depois daquele dia passei a dormir dentro de um bueiro. As baratas passeavam em cima do meu corpo, mas eu sabia que não iam me fazer nenhum mal, no máximo chupar um pedacinho de lábio aqui, uma pelinha do dedo ali, mas com elas eu estava seguro, a morte estava lá fora, tinha duas pernas, dois braços, uma cabeça, como eu, feita à imagem e semelhança de Deus Nosso Senhor Jesus Cristo. (FONSECA, 2004, p. 260).

Da mesma maneira, na vida real, na década de 1960, no então Estado da Guanabara, governado por Carlos Lacerda, veio a público, segundo Pinheiro (2001), o caso dos mendigos jogados no rio Guandu. De acordo com um jornal da época, apareceu boiando no rio da Guarda, perto do rio Guandu (na divisa com o antigo estado do Rio), o corpo de um homem amarrado, com perfurações de balas na nuca, enquanto outro sobreviveu e foi à delegacia de Santa Cruz relatar que a própria polícia o tinha atirado no rio. Em busca de respostas para a denúncia, os jornais da época procuraram o Secretário de Segurança Pública que explicou: 'como vem muito mendigo para o Rio, de vez em quando dão uma limpeza assim na cidade e devolvem os mendigos para as terras de origem' (PINHEIRO, 2001, p. 287). Logo depois, um inquérito concluiu que, no Serviço de Recuperação de Mendigos, um funcionário havia formado um pequeno esquadrão da morte que recolhia os mendigos e os levavam para o rio da Guanabara; lá, eles eram amarrados, mortos a tiros e jogados dentro d'água. Para o autor, tanto a remoção das favelas como a limpeza da cidade e os assassinatos de mendigos eram práticas que tinham como denominador comum a mesma motivação de profilaxia social.

Para além do uso da tecnologia utilizada para colocar *abaixo* os barracos dos

moradores e da dissimulação das autoridades frente à ação da polícia, precisamos refletir sobre a influência da mídia que transforma cada ação de violência dessa natureza em um espetáculo transmitido pelos meios de comunicação de massa. Para Debord (1997), tudo que era diretamente vivido distanciou-se numa representação e o espetáculo tornou-se a principal produção da sociedade atual. Isso significa que a vida humana se reduziu à condição de simples aparência, porque quando o mundo real se transforma em simples imagens, estas tornam-se seres reais. O autor argumenta que cada um de nós, na contemporaneidade, conhece o mundo apenas pela mediação das imagens escolhidas por outros que não o fazem desinteressadamente. Portanto, são elas que constituem as principais ligações do indivíduo com o mundo. Se antes ele olhava para si mesmo de cada lugar onde pudesse ir, agora, o fluxo das imagens carrega tudo e, analogamente, é outra pessoa que comanda a seu critério essa síntese simplificada do mundo sensível.

Ao analisar a transformação da democracia em simples processo de manipulação, em espetáculo, Jappe (1997) nos alerta para o fato de que o conceito de espetáculo não representa apenas uma teoria da manipulação ou da falsa consciência. O espetáculo é algo muito diferente de uma banal propaganda que faz as coisas parecerem distintas do que realmente são. A redução do real a imagem é somente o aspecto mais visível da tendência social à abstração, que constitui o modo de ser concreto do espetáculo. Esta é a forma célula de toda a sociedade burguesa e não só de sua economia. O espetáculo representa, então, a forma mais elevada da alienação, o próprio fetichismo da mercadoria.

As imagens da condição miserável dos trabalhadores no Brasil são apresentadas para o público com a mesma euforia que costuma marcar a apresentação dos desfiles da *São Paulo Fashion Week*. E as imagens de arbitrariedade e violência contra o povo não representam ameaça para os governantes que manipulam verbas públicas em favor das elites ou deles próprios. Ao invés disso, o espetáculo é o mais forte aliado dos governantes. As denúncias sobre o caráter violento, autoritário e corrupto do Estado são apresentadas ao público da mesma forma com que se ressalta a beleza das mulheres, das roupas nas passarelas da moda. A banalização

construída pelo espetáculo, permite que em pleno século XXI, no auge da *sociedade de direitos*, milhares de pessoas assistam cenas de violência semelhantes aquelas vividas pelos moradores do cortiço *cabeça de porco* no século XIX. Talvez a indignação dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro naquela época tenha sido maior do que a nossa na contemporaneidade. Tanto faz, programa de auditório, *reality show* ou vida real. O espetáculo é o mesmo, basta observar essa cena do policial apontando a arma para um morador, durante *reintegração de posse* em Ribeirão Preto, estado de São Paulo.



Foto: Weber Sian/Futura Press

Ao contrário do que se poderia supor, imagens como essa nem de longe coloca em risco a *fachada de democracia* que caracteriza a atual sociedade burguesa.

A classe dominante e o Estado insistem em afirmar a liberdade como prerrogativa dessa sociedade. Esquecem-se, no entanto, de dizer que

para muitos, essa liberdade significa morar nas ruas da cidade ou morrer de fome no campo, ou lutando por um pedaço de terra.

Referências

AZEVEDO, Aluisio. *O cortiço*. São Paulo: Ed. CERED, 1993.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Obras escolhidas volume III. Trad. José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Trad. Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1986.

FONSECA, Rubem. *A grande arte*. São Paulo: Planeta De Agostini, 2004.

JAPPE, Anselm. A democracia que arapuca! In: *Revista Praga: estudos marxistas*, n. 4. São Paulo: HUCITEC, 1997.

NOTICIA BANDNEWS. *Desocupação de favela termina em confronto com a Polícia Militar em São Paulo*. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,O15223813-EI8139.00-desocupacao+de+favela+termina+em+confronto+com+a+PM+em+SP.html>. Acesso em: 07.07.2011.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Transição Política e não-Estado de Direito na República. In: SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge & PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.